

41ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC
12 de agosto de 2013

Aos doze dias do mês de agosto de 2013, na sede do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, situada à Av. Ramiro Colleoni nº 5, Santo André, a partir das 9 horas e 30 minutos, realizou-se a Quadragésima Primeira Reunião Ordinária, sob a presidência do Prefeito do Município de São Bernardo do Campo, Senhor LUIZ MARINHO, e com as presenças dos Excelentíssimos Prefeitos dos Municípios de Santo André, Senhor CARLOS ALBERTO GRANA; de São Caetano do Sul, Senhor PAULO NUNES PINHEIRO; de Diadema, a Senhora Vice-Prefeita SILVANA GUARNIERI; de Mauá, Senhor DONISETE PEREIRA BRAGA; de Ribeirão Pires, Senhor SAULO MARIZ BENEVIDES e de Rio Grande da Serra, Senhor LUIS GABRIEL FERNANDES DA SILVEIRA. Presentes também os Assessores Regionais de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, bem como o Secretário Executivo da Presidência do Consórcio, Senhor Luis Paulo Bresciani.

INÍCIO – O Presidente iniciou os trabalhos cumprimentando e agradecendo a presença de todos. Dando sequência, passa a palavra ao Secretário Executivo para dar início à pauta.

1. GT SEGURANÇA PÚBLICA: Projeto de portais eletrônicos de monitoramento: O Secretário Executivo direciona a fala ao Coordenador do Grupo de Trabalho Segurança Pública do Consórcio e Secretário de Segurança Urbana da Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo, Sr. Benedito Domingos Mariano, que menciona sobre a elaboração do trabalho de monitoramento das divisas dos sete municípios do Grande ABC, projeto que teve início há dois anos; comenta também que a sua equipe está se reunindo com a empresa responsável pelo desenvolvimento do software, 'InterTelecom', desde 2011. Mariano explica que em 2013 já foram realizadas três reuniões técnicas com todos os Secretários Municipais para adequar o trabalho à realidade de cada cidade. O Coordenador afirma que o projeto tem como perspectiva colocar os portais eletrônicos nas fronteiras dos sete municípios para inibir e coibir o furto e roubo de veículos, uma vez que o software é qualificado para detectar as placas dos veículos e outros crimes relacionados à utilização de veículos e motos. Na sequência, Benedito Mariano passa a palavra aos representantes da empresa convidada. O senhor Israel Martins inicia com a apresentação de um vídeo, especialmente produzido para dar uma visão global do projeto para a região do Grande ABC. Finalizado o vídeo, o Sr. Martins menciona que o crime atualmente, em sua maioria, é feito com a utilização de veículos ou motos, e essa prática não fica restrita apenas a uma cidade, pois a tendência é que um criminoso sempre repetirá a prática em locais diferentes. Reforça ainda que a proposta é diferente das existentes no mercado, comenta que o sistema não é apenas 'OCR', o monitoramento simples de captura da placa do veículo, mas um sistema mais evoluído. O sistema 'OCR' serve apenas para a captura de informações, e a proposta apresentada irá processar todas as informações captadas, com riqueza de detalhes, podendo assim repassar os dados às forças policiais competentes. O Sr. Martins explica que não é um sistema de alarmes, mas também de controle de ocorrências, que vai gerar uma série de ferramentas de análises, permitindo aos municípios maior controle do ambiente, permitindo o

cadastro, coleta de dados sobre o trânsito, fluxo de carros etc. O representante informa que são instaladas câmeras parecidas com radares, mas não com essa função. Para exemplificar comenta que se um veículo é furtado, a vítima vai até a delegacia para fazer a ocorrência e, a partir disso, é gerado um alarme, um aviso geral para a Polícia Militar, para tentar encontrar o veículo por meio de suas unidades e, após, é passado para a Polícia Civil para a investigação. Em seguida, explica que atualmente os sistemas disponíveis registram a placa, mas a passagem de dados para a polícia é muito lenta, não é em tempo real, o que resulta na demora das investigações. Retoma reforçando que o sistema apresentado tem um diferencial, pois o criminoso será encontrado quando essa mesma ação for repetida, em outro local, ao perceber que o veículo já foi roubado, ou seja, o foco não é mais a vítima, e sim o suspeito. O técnico informa que cada município fez o mapeamento de suas áreas e, a partir disso, foi feito o trabalho para detectar as áreas e corredores a serem monitorados. Explica que o estudo foi realizado pelos principais acessos a região e às divisas dos municípios. Após, o Sr. Benedito Mariano destaca dois pontos principais, primeiramente, que é necessário ter uma parceria com a PRODESP (Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo), pois ela é fundamental na disponibilização de dados para toda a região, ajudando na execução do sistema. Benedito Mariano fala ainda que após a vinda do Secretário Estadual de Segurança Pública, Fernando Grella Vieira, à região, o próximo passo agora é a realização de um convênio com o Governo do Estado, para anexar a este sistema as informações gerais da PRODESP. Comenta que o segundo ponto será o orçamento previsto no valor de R\$ 24 milhões, pois estão previstos R\$ 10 milhões para a instalação de fibra-ótica, mas explica que o orçamento foi feito baseado na necessidade de todas as cidades, e como alguns municípios possuem redes instaladas, explica que esse valor cairá consideravelmente. O Coordenador do GT afirma que todo o projeto, com exceção do serviço de fibra-ótica, está estimado no valor de R\$ 15 milhões, lembrando que o segundo passo será a realização do detalhamento de qual a rede de fibra ótica que cada município possui, para estabelecer uma estimativa mais clara. Benedito Mariano menciona que o mapeamento que cada Prefeito recebeu na atual reunião, contém os dados que cada Secretário Municipal levantou em seu município, com um levantamento específico para que não haja duplicidade de locais a serem instaladas as redes de monitoramento. Benedito Mariano menciona que no município de Rio Grande da Serra, mesmo não tendo uma Secretaria Municipal específica em Segurança, foram realizadas vistorias por equipe da própria Prefeitura. O Prefeito Luis Gabriel, comenta que alguns casos na cidade foram resolvidos pelo sistema de monitoramento da CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos), e questiona se há necessidade de firmar um contrato/convênio solicitando que sejam integradas as câmeras da CPTM com as do sistema apresentado, pois para o Prefeito há a necessidade de uma cobertura mais ampla no município, que está descoberta no que se refere ao entorno da linha férrea. Na sequência, Benedito Mariano explica que, no momento, o projeto tem como objetivo e foco apenas veículos e motos, porém, o Prefeito de Rio Grande da Serra deixa a sugestão para agregar também o transporte da linha férrea, fazendo a possível integração com a CPTM. Mariano afirma que a ideia do Grupo de Trabalho é fazer uma reunião com a EMPLASA (Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A.), que o Secretário Estadual de Segurança Pública colocou à disposição para essa discussão. Outro passo é definir com mais clareza o tamanho da rede de fibra ótica em cada

cidade para fazer a estimativa real. Informa que a maioria das cidades da região já possui projeto de monitoramento e que irão integrar o novo sistema a elas. Complementa com a informação sobre uma proposta para o Centro Regional de Formação das Guardas Civas Municipais, as GCM na região, a ser apresentada até outubro para a Assembleia de Prefeitos. Explica que no espaço físico existente na cidade de São Bernardo do Campo, pode ser colocada a Central Regional dos portais eletrônicos, portanto, seriam sete centrais municipais e uma central geral. Benedito Mariano menciona que as divisas de São Paulo com Diadema, Santo André e São Caetano do Sul já estão incluídas no projeto. O Prefeito Luiz Marinho menciona a importância de ser feito um debate com o município de São Paulo, para participação ativa nas discussões do projeto, e afirma que o GT Segurança está autorizado a buscar uma conversa com a Prefeitura de São Paulo para tratar do assunto. Em seguida, o Prefeito Carlos Grana questiona quanto será gasto com o custeio, ou seja, com a manutenção do projeto, uma vez que foi passado apenas o valor do investimento, da implantação. Benedito Mariano menciona que o estudo mais detalhado não foi feito ainda, fala que é importante ter o valor de toda a fibra-ótica para depois calcular o restante do projeto. O Prefeito Donisete Braga reforça que é necessária uma conversa com o governo do Estado, para estreitar laços entre as entidades e as esferas policiais, e Benedito Mariano afirma que o próximo passo será o de agendar uma conversa com a EMPLASA para a devida integração. Lembra também que na carta de intenções que foi feita ao governo Federal, há dois anos, com dez pontos encaminhados pelo Consórcio, os portais eletrônicos já constavam como um dos pontos mencionados. Portanto, diz que a ideia é apresentar o projeto como uma proposta regional em uma reunião para a Secretária Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, Regina Miki, e também ao Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. Benedito Mariano reforça que será necessária a abertura de licitação para execução do projeto, e menciona que este talvez seja um dos primeiros projetos do Consórcio como entidade pública. O Secretário afirma ser ideal que a licitação e tudo o que for necessário sejam feitos diretamente pelo Consórcio Intermunicipal. Do ponto de vista de recursos e apoio, a principal perspectiva é tentar verba do Ministério da Justiça, inclusive uma carta de intenções já está com o Governo Federal, uma proposta está sendo elaborada para o PPA Regional Participativo, para a área de segurança pública, e a ideia do GT Segurança é que o Governo Federal e o Governo Estadual tomem a frente deste projeto no que diz respeito aos valores necessários para sua implantação. O Secretário Executivo afirma que esse é um dos pontos também apresentados pelo Consórcio ao Governo do Estado na audiência pública do Orçamento 2014. O Presidente Luiz Marinho menciona que o grupo está autorizado a fazer o Termo de Referência e encaminhar o que for necessário para conseguir verba junto ao Ministério da Justiça, além da Secretaria Estadual de Segurança. Benedito Mariano reforça que o GT Segurança irá elaborar uma minuta de ofício do Consórcio a ser encaminhado aos governos Federal e Estadual, solicitando ainda uma agenda para a apresentação formal do projeto. O Presidente Luiz Marinho encerra o presente item e passa para o próximo ponto de pauta.

2. COLETA SELETIVA E RECICLAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS: Apresentação do sistema integrado de limpeza e recuperação energética a partir dos resíduos sólidos (Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo) - O Secretário Executivo do Consórcio apresenta aos demais o Secretário de Serviços Urbanos da Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo, Tarcísio Secoli, para a

apresentação. Inicia sua fala mencionando que o projeto já foi licitado e contratado, pelo período de 30 anos e que dará conta de atender a gestão integrada de limpeza urbana, menciona que o sistema já está em funcionamento, mas será implementado ao longo dos próximos anos, tendo se iniciado a coleta seletiva por um projeto piloto no bairro de Rudge Ramos, além de esclarecer as principais características da futura usina de recuperação energética (apresentação anexa). O Presidente Luiz Marinho menciona que é importante fazer esse debate no sentido de buscar uma solução e avançar em relação aos problemas pertinentes aos Resíduos Sólidos na região; afirma ainda que a operação da nova usina no terreno que antes era o lixão do Alvarenga poderá beneficiar também o município de Diadema, por ser área de divisa. Parte do projeto já foi implantada e parte está em processo de execução, e que será consolidado no ano de 2016, com a construção da Usina de recuperação de energia. A Usina está em processo de licenciamento, e o projeto contempla também a recuperação ambiental para a construção de um parque. O Presidente Luiz Marinho afirma que a Prefeitura de São Bernardo do Campo está trabalhando nessa solução, e que cabe a cada município pensar em sua solução, considerando as oportunidades de articulação regional. Afirma que se a solução for mesmo o processo de incineração para produção de energia, levando em consideração que é preciso incluir coleta seletiva e reciclagem, é importante pensar também quantas usinas caberiam na região. Considera que não cabem mais do que duas, e então seria o caso de pensar em uma equação regional, abrangendo mais de uma cidade para cada projeto. Lembra que os municípios de Santo André e Mauá já manifestaram desejo em ter uma usina, e o Presidente Marinho afirma que caberia um acordo entre as duas cidades na constituição de uma segunda usina. O Presidente Luiz Marinho afirma que é necessário saber qual cidade oferecerá melhor condições para receber os resíduos das demais cidades. Comenta que pelo fator de logística os municípios de Rio Grande da Serra e Ribeirão Pires poderiam permanecer como estão, com a disposição final em Mauá, o município de Diadema poderia se ligar a São Bernardo do Campo, e caberia a São Caetano do Sul analisar a melhor proposta em termos de custo da operação. Na sequência, o Prefeito Luis Gabriel comenta que é importante disseminar o projeto para todo o Grande ABC, para fazer um trabalho regional, pois o município ainda está iniciante nas demandas, menciona que é importante firmar um convênio no sentido de trazer equipamentos compartilhados para solucionar a questão dos entulhos depositados irregularmente nos municípios. Em seguida, o Presidente Luiz Marinho fala sobre o caso que o Prefeito de Rio Grande se refere, que é específico de construção civil, e que é preciso ser pensado pelo GT Meio Ambiente. Na sequência, comenta sobre a necessidade de ser implantada uma Agência Reguladora de Saneamento, e pensar em médio prazo para a questão de uma agência reguladora para o caso de eletricidade. O Presidente Marinho afirma que pela urgência farão uma agência reguladora no município de São Bernardo do Campo, porém, se os demais Prefeitos quiserem, poderão criar um grupo de trabalho para constituir uma agência regional, o que é possível e importante para a região não ficar tão dependente do governo do Estado; reforça que também há a questão da coleta seletiva, dos resíduos sólidos, da construção civil, saneamento, mas que também há de se pensar na coleta seletiva porta a porta, diz que já foi experimentado no Bairro Rudge Ramos, em São Bernardo do Campo, e que agora se estende a outros bairros, e gradativamente até chegar a todo o município, isso vai proporcionar um aumento no número de pessoas para trabalhar com reciclagem nas cooperativas, com aumento da renda e

dignidade. O Presidente Luiz Marinho levanta a preocupação de cada município pensar o que é melhor para sua cidade, mas considera relevante estimular que todas as cidades tenham esse tipo de projeto, de coleta seletiva porta a porta. A Vice-Prefeita de Diadema, Silvana Guarnieri, parabeniza o debate lembrando ter participado dessa discussão no período de fundação do próprio Consórcio, quando o tema da gestão de resíduos sólidos foi decisivo para criar a entidade; comenta que é importante se pensar nos aterros sanitários, que ainda são necessários, e fala também da importância de se ter um processo adequado de incineração, que hoje é possível devido à tecnologia que não se tinha anteriormente. Considera ser preciso pensar regionalmente e montar um grupo de trabalho entre as sete cidades para pensar a questão de um aterro de resíduos inertes, pois esse tipo de resíduo deve continuar e a tendência é aumentar, pois com o aumento das operações do setor imobiliário na região, com demolições de áreas, construções e reformas, isso gera um volume grande de inertes e esse volume acaba indo para outras cidades ou até sendo jogado de maneira irregular nos próprios municípios. O Presidente Luiz Marinho passa então a palavra para o Coordenador do Grupo de Trabalho Meio Ambiente do Consórcio, João Ricardo Caetano, que inicia com o ponto da Agência Reguladora de Saneamento, mencionando que o Consórcio fez há dois anos um seminário e algumas experiências de agências regionais de saneamento foram trazidas para a região, uma na região de Piracicaba (Consórcio PCJ) e outra em Santa Catarina com vários municípios consorciados (Consórcio ARIS) que relataram como se organizaram e quais os benefícios alcançados. Na sequência, passa a palavra para o Prefeito Donisete Braga, que dialoga com a Vice-Prefeita Silvana Guarnieri mencionando que a Prefeitura de Mauá tem dialogado, pois existe o aterro privado e eles avaliam ter mais 20 anos de vida útil. Porém, avaliando o acordo de cooperação técnica com a Prefeitura de Santo André, primeiramente vai à linha da gestão ambiental, destacando ter que buscar uma solução para o futuro, pois hoje o custo de Mauá é de R\$ 2 milhões por mês, em coleta e aterro, e no município existe a questão do potencial fornecimento de vapor para o Pólo Petroquímico, então há uma boa estrutura, sendo necessário pensar em caráter regional. Ao final, o Prefeito Luiz Marinho pergunta se é possível construir um grupo de trabalho para pensar a questão da agência reguladora e é devidamente autorizado pela Assembléia.

Informe sobre a gestão dos resíduos de construção civil: Pela correspondência entre os temas, convida a Diretora de Licenciamento e Avaliação Ambiental da Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo, Paula Ramalho, que inicia sua fala mencionando que a apresentação (anexa) surgiu do GT Meio Ambiente, justamente pela identificação de um problema comum entre os sete municípios, referente à disposição inadequada dos resíduos de construção, o que causa prejuízo na qualidade ambiental, e a partir daí surgiu a ideia de fazer uma ação integrada do Consórcio e ter um maior controle no transporte desses resíduos. Até o momento, menciona que foram feitas três reuniões no GT Meio Ambiente e foram pensadas três ações para iniciar o enfrentamento desse problema, iniciando pelo licenciamento e cadastro das empresas e pessoas físicas que fazem o transporte de resíduos, através de caçambas ou de caminhões. Como segundo ponto, foi pensado na comunicação, divulgação, e a intensificação da fiscalização. Paula Ramalho diz que algumas ações já estão sendo desenvolvidas, está sendo feito um diagnóstico com levantamento das empresas do ramo e até o momento foi mapeado o número de 114 firmas que trabalham com esse tipo de serviço, sendo necessária uma

vistoria nas mesmas e exigir a sua regularização. Caberia então construir uma identificação padrão nas caçambas das empresas autorizadas para que sejam de fácil visualização, com divulgação através de uma página no site do Consórcio e de cada Prefeitura, com informações de empresas cadastradas, com os procedimentos, localização de pontos de coleta, e detalhes correspondentes ao processo. Por último, caberia padronizar as fiscalizações dos procedimentos relacionados aos materiais de construção civil descartados. Paula Ramalho afirma que existem algumas pendências, como a definição da arte para os materiais, além do próprio aval da Assembléia para dar prosseguimento às ações de divulgação e demais ações permanentes, sendo apresentado um cronograma das ações. Na sequência, o coordenador do GT Meio Ambiente, João Ricardo Caetano, pede autorização dos Prefeitos para prosseguir com as ações. Os Prefeitos autorizam o início da operação regional, e o Coordenador apresenta mais dois informes correlatos na sequência.

Revisão da lei específica da Billings: Joao Ricardo Caetano explica que está sendo feita uma articulação pelos GT Meio Ambiente e GT Planejamento Urbano, em função da existência de questões habitacionais na discussão, e solicita ajuda dos Prefeitos com relação à mobilização das áreas de Habitação dos municípios. Em relação à revisão do Código Florestal, o GT Meio Ambiente está preparando uma proposta aos Prefeitos, em sintonia com a proposta de regulamentação do Ministério do Meio Ambiente.

Inclusão da Bacia do Rio Guaió na Lei Específica do Alto Tietê Cabeceiras: Em seguida, o Prefeito Donisete Braga menciona que foi formatado um documento pelo qual o IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas) constatou que a Bacia do Rio Guaió ficou fora da Lei Específica do Alto Tietê Cabeceiras, o que pode gerar um problema maior na questão de ocupações, dentre outros riscos colocados, sendo necessário que se faça incluir urgentemente este item na Lei, devido à importância do rio mencionado. Nesse sentido, solicita apoio do Consórcio para se pautar uma conversa detalhada com os Secretários Estaduais do Meio Ambiente e de Recursos Hídricos, o que deverá ser feito mediante ofícios.

Informe sobre encaminhamentos referentes à gestão de riscos: Encerrando a série de informes, o Prefeito Luiz Marinho convoca a Secretária de Habitação da Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo, Tássia Regino, para falar em nome do GT Planejamento Urbano a respeito da Gestão de Riscos Urbanos, destacando as decisões tiradas no encontro sobre Gestão de Riscos ocorrido em maio de 2013, e que serão apresentadas na atual reunião. Tássia Regino menciona que o tema vai além da gestão de desastres, que é uma agenda fortemente centrada na Defesa Civil, e fala sobre as pesquisas que estão sendo feitas na região pela Universidade Federal do ABC, destacando ser muito importante a aprovação da Lei 12.608, de abril de 2012, que define algumas responsabilidades para os municípios e que tem prazo de adequação. Os pontos mais importantes são a instituição de uma política nacional de proteção à defesa civil, e o estabelecimento formal do dever das três instâncias de governo, entre outros. A partir da referida oficina de trabalho foi possível avançar na discussão regional sobre o tema e foram destacadas propostas a partir de três grandes tópicos: riscos e moradia; mobilidade urbana; e o impacto de deslizamentos e inundações. A oficina propôs a criação de um grupo temático de gestão regional de riscos urbanos, a ser formado a partir dos GTs Defesa Civil e Planejamento Urbano, de forma integrada, mencionando a importância da indicação dos titulares e suplentes de cada município para o referido grupo temático. Enfatiza que três ações estratégicas foram tiradas da

oficina: o primeiro trata da ação preventiva integrada entre os estados e os municípios para eliminação dos riscos 4 e 3, com a urgência de ter início antes do período das chuvas. O segundo ponto é trabalhar na estruturação de um plano preventivo de caráter também regional e o terceiro ponto seria de iniciar o processo de capacitação dos municípios para cumprir com as exigências da nova Lei. É importante ainda articular uma ação integrada e apresentar ao governo do Estado, solicitando apoio técnico e financeiro para implementação dessa ação estratégica, abrangendo remoção de moradias em áreas de riscos 3 e 4, concessão de auxílio aluguel transitório das famílias removidas, ação de recuperação das áreas desocupadas, dentre outras medidas. Tássia Regino também menciona o interesse em realizar uma oficina em parceria com o Ministério das Cidades, para capacitação dos técnicos dos sete municípios. O GT Planejamento Urbano recebe autorização dos Prefeitos para continuar nessa linha de projetos. O Presidente Luiz Marinho menciona que é importante solicitar ajuda ao governo do Estado para solucionar o problema do risco 3 e 4. Na sequência, o Prefeito de Mauá questiona se essa questão foi levantada na audiência pública sobre o Orçamento Estadual 2014, o que é confirmado pelo Secretário Executivo do Consórcio, Sr. Luis Paulo Bresciani. Após, encerra-se a pauta passando para o próximo ponto.

PLANO DE MOBILIDADE REGIONAL - atualização e encaminhamentos: o Presidente Luiz Marinho comenta que o GT Mobilidade terá que continuar trabalhando fortemente ao longo da semana, pois esteve pela quarta vez com a Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, para tratar deste assunto e finalizar o projeto para entrega à Presidenta Dilma Rousseff, com provável recepção na região do Grande ABC. O Presidente Luiz Marinho comenta que já existe uma reserva de agenda para a visita da Presidenta Dilma na próxima segunda-feira (19), sem definição do local, mas isso dependerá da conclusão dos trabalhos pelas equipes técnicas do Consórcio e do Governo Federal; menciona que tem observado algumas dificuldades nos projetos de mobilidade, como a entrega do Termo de Referência pela consultoria contratada, para que se viabilize a licitação e contratação dos projetos funcionais, como havia sido combinado. Afirma que não será possível entregar os projetos funcionais a tempo, devido ao Termo de Referência ainda não estar pronto, o que pode dificultar o anúncio de recursos para obras, e para além dos recursos destinados às obras com projetos prontos, o que não estiver pronto não deverá ter anúncio de recurso. Por outro lado, o Presidente Luiz Marinho cita que há a possibilidade de anunciar um volume de recursos destinados à contratação de projetos, sendo que o Governo Federal estaria disposto a arcar com recursos de até R\$ 150 milhões para a contratação dos projetos apresentados. A coordenadora do GT Mobilidade, Sra. Andrea Brisida, reforça que o grupo de Secretários Municipais estará reunido no Consórcio para uma importante reunião preliminar no final da tarde do próprio dia 2, e ao longo do dia 13 estarão reunidos com os técnicos do Ministério do Planejamento e do Ministério das Cidades para acertar os últimos detalhes. Na sequência, o Presidente Luiz Marinho alerta sobre a possibilidade de convocar uma Assembleia Extraordinária para tratar da visita da Presidenta Dilma Rousseff, caso confirmada. O Secretário Executivo comenta também que o Edital do Projeto de Ciclofaixas está pronto e deve ser publicado ainda esta semana, ao mesmo tempo em que já se iniciaram diálogos para a busca de patrocínio. Como último informe, Andrea Brisida comenta que o trabalho sobre o projeto de sincronização semafórica está em andamento, e já foi feita uma reunião com os técnicos responsáveis pelo assunto.

ORÇAMENTO DO CONSÓRCIO EM 2014: o Secretário Executivo anuncia que o primeiro ponto imediato a definir é que no início de setembro ocorre o término de contrato com a FUNCRAF, um convênio existente desde o ano de 2010, da ordem de R\$ 248 mil. Nesse sentido é necessário aprovar e renovar o convenio, pois é uma entidade que presta serviços para toda a região, havendo parecer favorável do GT Saúde; a renovação do convenio com a FUNCRAF é aprovada por unanimidade, nas mesmas bases, juntamente com os correspondentes contratos de programa. Em relação ao Orçamento 2014, é necessária aprovação da Assembléia entre a atual reunião e a do mês de setembro. A seguir lembra que a entidade possui um orçamento anual da ordem de R\$ 6,5 milhões, calculado com base no percentual de 0,11% das receitas correntes líquidas de 2011. O Consórcio tem dois contratos de programa - Casa Abrigo e FUNCRAF-, e o restante fica dentro do contrato de rateio. A proposta da Presidência é que se passe esse valor para uma base de 0,5% das receitas correntes líquidas no ano de 2012. Como não foram recebidos os informes de todos os municípios, ainda não se tem o valor exato do rateio, mas o valor deverá ser em torno de R\$ 29 milhões. Excluindo-se os valores comprometidos com a manutenção da entidade, com os contratos e repasses vigentes, a exemplo da própria Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, e com os contratos de programa antes mencionados, restariam cerca de R\$ 21 milhões para investimento nos programas que deverão decorrer do PPA Regional, campanhas de comunicação como no caso da Travessia Segura, que já foi apresentada em assembleia anterior, com valor estimado de R\$ 16 milhões. O Secretário Executivo informa que atualmente está disponível para contrapartidas e projetos um valor anual da ordem de R\$ 2 milhões, e esse componente do orçamento passaria ao valor em torno de R\$ 20 milhões caso a proposta da Presidência seja aprovada. O Presidente Luiz Marinho toma a palavra mencionando que para a dimensão projetada do Consórcio, esse valor ainda não seria suficiente, não seria o ideal para contemplar a totalidade de contratações ou contrapartidas de programas e projetos. Como exemplo, lembra que se for o caso de fazer uma gestão semafórica regional, será necessário pensar a dimensão desse problema e de sua estrutura, dos potenciais benefícios para as cidades. Pensando no longo prazo, o Presidente Luiz Marinho deixa a proposta para reflexão dos Prefeitos, com o compromisso de fechar o valor na próxima Assembléia. O Prefeito Carlos Grana pede a palavra e menciona uma preocupação com o valor proposto, mas afirma que é importante se pensar dessa maneira, em função dos projetos que virão pela frente; reforça ainda que é importante também pedir auxílio das outras esferas de Governo nos investimentos e custeio dos grandes projetos regionais.

ENCAMINHAMENTOS DO PLANO PLURIANUAL REGIONAL: o Secretário Executivo dá um último informe sobre a confirmação dos locais das plenárias do PPA Regional, que ocorrerão de do dia 10 de setembro a 01 de outubro, ainda com exceção de Santo André, e informa que durante a semana serão realizadas as vistorias nos locais indicados; solicita a reserva de agenda de todos os Prefeitos para todas as plenárias, que terá material de apoio e de divulgação comuns e integrados entre os municípios. As equipes que atuarão nas plenárias também estão sendo definidas e a consulta pública virtual será disponibilizada de 06 de setembro a 04 de outubro.

AGENDA FUTURA: o Secretário Executivo lembra que no dia 28 de agosto está marcada a reunião do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano, em São Bernardo do Campo, mas não foi definida a pauta. O Prefeito Donisete Braga pergunta se é possível o Consórcio sugerir pauta para a reunião, e Luis Paulo

Bresciani menciona que as recomendações da entidade já foram encaminhadas quando a reunião estava marcada para o mês de junho, e que seriam reiteradas para a nova reunião. Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por cumprida a pauta, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, às 12h, cuja ata, após lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Assembléia Geral. Eu, Luis Paulo Bresciani, Secretário Executivo do Consórcio, digitei, conferi e assino abaixo.-

.....
Região do Grande ABC, em 12 de agosto de 2013.

Prefeitos signatários, presentes na 41ª Reunião Ordinária da Assembléia Geral.

LUIZ MARINHO
PRESIDENTE
Prefeito do Município de São Bernardo do Campo

SILVANA GUARNIERI
VICE-PREFEITA do Município de Diadema

CARLOS ALBERTO GRANA
Prefeito do Município de Santo André

PAULO NUNES PINHEIRO
Prefeito do Município de São Caetano do Sul

DONISETE PEREIRA BRAGA
Prefeito do Município de Mauá

SAULO MARIZ BENEVIDES
Prefeito do Município de Ribeirão Pires

LUIS GABRIEL FERNANDES DA SILVEIRA
Prefeito do Município de Rio Grande da Serra

LUIS PAULO BRESCIANI
Secretário Executivo da Presidência

Nota: Abaixo da linha supra não fazem parte quaisquer termos constantes na Ata da 41ª Reunião Ordinária da Assembléia Geral do Consórcio Intermunicipal Grande ABC.